

AMBIENTALIZAR OS CURRÍCULOS: UMA POSSIBILIDADE NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Andréa Heidemann (*), Nelma Baldin, Vanilda Barbosa Galli

* Professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Doutoranda em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade de Joinville (UNIVILLE).

RESUMO

Este artigo tem o objetivo apresentar uma revisão da literatura realizada acerca dos temas Educação Ambiental e meio ambiente no espaço universitário, visando identificar as possibilidades e desafios para a efetivação da prática da abordagem desses itens neste espaço específico. A questão do estudo está centrada nos desafios colocados para a inclusão dessa temática nos currículos das graduações, independente de qual seja a área do conhecimento, já que a responsabilidade ambiental não é específica de nenhuma profissão ou área de estudos. Com esta análise teórica e bibliográfica, identificou-se a fragilidade dos currículos das universidades no que diz respeito ao seu compromisso com a Educação Ambiental e com as noções de meio ambiente, bem como a necessidade, urgente, de se rever as práticas pedagógicas sobre esses quesitos nesses espaços. Compreende-se que a Educação Ambiental faz parte da formação de sujeitos coletivos e responsáveis com o contexto socioambiental onde estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade, Currículo, Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) vem se fortalecendo nos espaços educacionais, numa tentativa de chamar a atenção para as questões do meio ambiente e da cidadania e, cada vez mais, o envolvimento de educadores e educandos com vistas à construção de ideias concretas de sustentabilidade e comprometimento social com os bens naturais, patrimoniais e coletivos. Diante deste contexto, este artigo objetiva realizar uma revisão da literatura acerca dos temas EA e meio ambiente no espaço universitário, visando identificar as possibilidades e os desafios para a efetivação das práticas e da abordagem desses itens neste espaço específico.

Neste sentido, a educação preocupada com o meio ambiente tem uma missão importante, pois poderá contribuir com a construção de uma sociedade consciente de suas práticas e que tenha como meta a justiça socioambiental. É neste contexto que a EA que trata da relação homem-ambiente, e conforme se lê em Reigota (1998), é permeada por vários campos do conhecimento, possibilita uma situação analítica da questão, numa abordagem multirreferencial e com grande complexidade. Reigota (1998) ainda realça que a EA deve estar inserida em todas as fases da formação dos cidadãos, desde a educação infantil até os cursos de pós-graduação. É o que chamamos de ambientalização do espaço educacional.

A universidade, em nossa compreensão, exerce papel fundamental na preocupação com a sustentabilidade e com o meio ambiente, tendo em vista que forma os profissionais que irão intervir no cotidiano da sociedade e que também multiplicarão as informações e as práticas apreendidas durante a vivência da formação profissional. Sendo assim, este artigo justifica-se importante, pois poderá identificar, a partir das análises dos estudos já realizados, como se situa a Educação Ambiental na realidade acadêmica.

Esta revisão bibliográfica traz como problema central a preocupação em identificar como a academia tem se comportado diante da necessidade de inserir a EA e as questões do meio ambiente em seus currículos. É pois um estudo preliminar e parte da revisão da literatura para a construção de uma pesquisa na perspectiva da ambientação curricular na universidade e espera contribuir para o fortalecimento deste debate na academia, alimentando, dessa forma, a preocupação com a inserção da Educação Ambiental e do tema meio ambiente nos currículos de cursos de graduação nas universidades brasileiras.

METODOLOGIA

Este é um ensaio preliminar de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, conforme orientam Lüdke e André (2003) e onde são expressos os aspectos teóricos do tema em apreço, numa análise crítica do material estudado. A pesquisa qualitativa, conforme afirmação de Minayo (1994), responde a questões muito particulares, pois se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para a construção deste artigo utilizamos, ainda, como referência, o método da “revisão crítica da literatura” conhecido como “estudos de revisão passiva” que, segundo Sampaio e Mancini (2007, p. 85), “são estudos nos quais os autores resumem, analisam e sintetizam as informações disponibilizadas na literatura, mas não seguem necessariamente uma metodologia pré-definida”. Nessa linha, realizou-se um levantamento bibliográfico, em livros e artigos publicados em periódicos científicos. A busca pelos artigos utilizados foi realizada em bases de dados eletrônicas como SCIELO, LILACS e GOOGLE ACADEMIC, bem como nos periódicos do portal CAPES e revistas eletrônicas de caráter científico.

Durante o processo de busca foram utilizados descritores como “Educação Ambiental”, “Educação Ambiental e ensino superior”, “Educação Ambiental e currículos” e “Educação ambiental e meio ambiente”. As pesquisas eletrônicas aconteceram no período de junho a setembro de 2014. Inicialmente, realizou-se uma pré-seleção dos artigos, considerando a relevância dos títulos e dos conteúdos dos resumos dos mesmos, tendo sido descartados aqueles que apesar de o título anunciar, não abordavam o tema definido para a pesquisa. Artigos que a partir da análise desses dois componentes não ofereceram informações julgadas suficientes e/ou satisfatórias foram lidos na íntegra, para a então decisão de sua inclusão ou não na pesquisa. Ainda, é importante destacar que para este estudo foram selecionados apenas artigos que apresentassem estudos focados na realidade das instituições de ensino superior brasileiras, com ênfase na EA e no meio ambiente.

A LITERATURA ENCONTRADA: OS ESTUDOS EM MOVIMENTO

De início, nos aproximamos das bases conceituais de meio ambiente e, posteriormente, buscamos noções que cercam a Educação Ambiental. Sendo assim, nos apropriamos do discurso de Dias (1992), que afirma: a Educação Ambiental é um conjunto de conteúdos e práticas ambientais orientadas para a busca do enfrentamento de problemas ambientais. Para o trato com esses desafios, o referido autor defende a interdisciplinaridade e a participação consciente de cada cidadão como fundamentos na resolução de tais problemas. Neste sentido, a EA deve ser/estar situada numa amplitude considerável buscando não ignorar nenhum segmento da sociedade, desde o universo acadêmico até as organizações da sociedade civil. Dias (1992) afirma, ainda, que a prática da Educação Ambiental é uma importante ferramenta para a conquista de um meio equilibrado onde o homem tenha consciência de que precisa trabalhar de maneira sustentável, sem agredir e prejudicar o meio ambiente.

Nesta mesma direção, Meirelles e Santos (2005, p. 34) definem Educação Ambiental:

A Educação Ambiental é uma atividade meio que não pode ser percebida como mero desenvolvimento de “brincadeiras” com crianças e promoção de eventos em datas comemorativas ao meio ambiente. Na verdade, as chamadas brincadeiras e eventos são parte de um processo de construção de conhecimento que tem o objetivo de levar a uma mudança de atitude. O trabalho lúdico e reflexivo e dinâmico e respeita o saber anterior das pessoas envolvidas.

As autoras anteriormente mencionadas destacam que o maior desafio da Educação Ambiental é incentivar as pessoas a se reconhecerem capazes de tomar atitudes e mudar comportamentos nos seus respectivos cotidianos. Esse é também o entendimento de Nogueira (2010), que explicita: além do envolvimento de todos os segmentos da sociedade para um bem comum, faz-se necessário que exista estímulo para o cidadão concretizar um exercício consciente da transformação do espaço onde vive. Neste enfoque, é necessário relacionar o progresso à busca incessante de melhor qualidade de vida para todos. A referida autora destaca, ainda, que a prática de uma vida saudável e solidária deva sobrepor-se à ênfase da cultura individualista e consumista.

Nas reflexões de Jacobi (2003, p. 198), o autor alerta para o seguinte:

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

Esta posição do autor fortalece a visão defendida por Nogueira (2010) e Dias (1992) de que a Educação Ambiental precisa estar presente no contexto de todos os atores sociais e que a universidade é um agente importante nesse processo de construção do conhecimento e na formação de profissionais capazes de exercer o compromisso da multiplicação dessas produções e práticas. Dias (1992, p. 67) afirma: “sabe-se que a maioria dos problemas ambientais têm suas raízes em fatores socioeconômicos, políticos e culturais, e que não podem ser previstos ou resolvidos por meios puramente tecnológicos”. Destaca, o autor, assim, a importância da Educação Ambiental em todos os espaços de formação, incluindo as universidades, pois assim pode-se esperar pela projeção de indivíduos mais conscientes diante de suas atitudes, diríamos sustentáveis, em relação ao meio ambiente.

A questão da sustentabilidade, segundo Jacobi (2003, p. 199), tem um enfoque centrado na “reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram” e compreende que o impacto dos seres humanos sobre o meio ambiente tem tomado proporções complexas e amplas.

[...] a ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limite às possibilidades de crescimento delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. (JACOBI, 2003, p. 199).

Com este olhar específico para a sustentabilidade, fortalece-se a importância da Educação Ambiental que, para Reigota (2007), é a responsável por construir propostas pedagógicas com foco na conscientização e, sobretudo, na mudança de comportamento. Pádua e Tabanez (1998, p. 106) também refletem em seus textos sobre a formação voltada para a preocupação com o meio ambiente, a qual “propicia o aumento de conhecimentos, mudanças de valores e aperfeiçoamento de habilidades”, pontos essenciais, na opinião dos autores, para a harmonização entre os indivíduos e o espaço onde vivem.

Guerra e Figueiredo (2010, p. 204), destacam:

[...] a redefinição do termo/conceito de sustentabilidade passa pela redescoberta da necessidade da discussão explícita sobre a resignificação de nossos múltiplos valores e interesses conflitantes que estão em jogo e que dependem, fundamentalmente, de nossas escolhas.

Em outras palavras, esses autores afirmam que a sustentabilidade está pautada na nossa visão de mundo, de justiça social, de solidariedade e de compromisso social. A educação, quando preocupada com o meio ambiente assume um papel importantíssimo, pois não estamos mais com o olhar só da prevenção, mas também com preocupação com as consequências de uma relação equivocada do ser humano com os seus espaços de convivência, ao mesmo tempo em que se faz necessário prevenir-se com buscas de alternativas urgentes para evitar-lhe maiores impactos para o meio ambiente. Jacobi (2003) define como o maior desafio para a formulação da Educação Ambiental o fato de que “seja crítica e inovadora” e, acima de tudo, que proporcione a transformação social. O autor enfatiza, ainda, que a base da Educação Ambiental deva estar ancorada na solidariedade, na igualdade e no respeito às diferenças.

Reigota (2007) e Tozoni-Reis (2001) defendem que a Educação Ambiental realizada localmente é fundamental para a percepção das dinâmicas que ocorrem globalmente, entendendo que se o cidadão compreende as relações no âmbito da sua realidade, poderá projetá-las para dimensões maiores construindo, então, valores pautados na pluralidade e na singularidade dos diferentes lugares do mundo. Reigota (2007), ainda, vai além desse entendimento quando diz que a Educação Ambiental não pode estar sustentada apenas na transmissão de conteúdos específicos, uma vez que lhe cabe estar atenta às várias questões que envolvem o indivíduo.

A cidadania voltada para a sustentabilidade é entendida como o pertencimento a uma coletividade e está diretamente relacionada à Educação Ambiental, na concepção de Jacobi (2003). “A Educação Ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada, essa relação, numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens” (JACOBI, 2003, p. 199). Assim, a Educação Ambiental tem o compromisso de construir um processo permanente de aprendizado que busque valorizar a cultura, a consciência local e a visão de mundo de cada cidadão. Outra contribuição importante nesse mesmo sentido é de Lima e Knechtel (2012) quando as autoras afirmam que a Educação Ambiental entende a cultura e a realidade em que o indivíduo está inserido, pois, dizem as autoras, somente assim teremos facilitado o diálogo e a construção de uma consciência crítica e preocupada com o meio onde vivemos.

A inclusão dos temas Educação Ambiental e meio ambiente no contexto escolar tem se constituído em um grande desafio em todos os níveis de formação. Esta situação é afirmada por Kitzmann e Asmus (2012, p. 10), quando enfatizam que a crise socioambiental que vivenciamos “acontece tanto pela necessidade de desenvolver ações de Educação Ambiental, como ações de uma política pública de educação prevista na Política Nacional de Educação Ambiental”. Os autores destacam, assim, a necessidade urgente de se repensar a operacionalização desta política para que não se configure em um amontoado de legislação sem aplicabilidade.

Complementando este debate, Kitzmann e Asmus, (2012, p. 12), ainda, definem a ambientação curricular como sendo “um processo de inovação, que realiza mudanças no currículo através de intervenções que visam integrar temas socioambientais aos seus conteúdos e práticas”. E nessa mesma linha de raciocínio, Gonzáles Munõz (1996) afirma que a ambientação curricular na dimensão das universidades precisa causar uma série de mudanças no sistema educativo, sejam essas mudanças conceituais ou metodológicas, estruturais e organizacionais. Tudo isto com o objetivo maior de democratizar o acesso à informação e práticas que levam à mudanças de comportamento diante do meio ambiente.

Para Tozoni-Reis (2001, p. 7),

[...] a temática ambiental pode ser uma das sínteses possíveis da crise dos paradigmas da ciência e da organização social, pois os novos e profundos problemas colocados por ela não obtiveram resposta da ciência e não podem ser pensados – no sentido de sua superação – do modelo social, político e econômico de exploração da natureza e dos homens.

A citada autora acredita, portanto, que o processo de formação dos acadêmicos de graduação das universidades traz, em sua base, condicionantes sócio-históricas. Sendo assim,

A complexa relação entre sociedade e educação define o cenário da formação dos educadores. Desta forma, não se pode pensar a formação dos educadores – e a formação dos educadores ambientais – como solução definitiva para problemas sócio-ambientais. Considerando a amplitude e a complexidade do campo de atuação profissional dos educadores ambientais, a universidade tem reduzido à função desses profissionais – todos aqueles que vão trabalhar com a temática ambiental – à dimensão técnica da atuação profissional no mundo do trabalho, mundo esse complexo e contraditório, mas concreto e histórico. (TOZONI-REIS, 2001, p. 8).

É perceptível, desta maneira, que para aquelas profissões que terão exigências em sua atuação da aplicação de técnicas e debates voltados à questão ambiental, como é o caso da Pedagogia, Enfermagem, Biologia, Geografia, entre outras, a presença de conteúdos específicos seja nas disciplinas obrigatórias e/ou nas optativas aparece claramente. Porém, para aquelas profissões que não exigem este debate diretamente, percebe-se que os conteúdos nelas trabalhados ficam distantes dessas questões.

Mesmo com as determinações legais e com as agravantes demandas sociais que constantemente se criam e exigem a presença da Educação Ambiental nos cursos superiores, as dificuldades associadas ao complexo processo de emergência de uma base epistemológica e de identificação enquanto área de construção de conhecimento em um espaço que se propõe transversal e interdisciplinar acaba por criar, para a EA, uma espécie de “não lugar”. Espaço, este, que a Educação Ambiental deveria ocupar.

Para Rodrigues (2012, p. 9),

[...] esse “não lugar” fica evidente ao analisarmos a produção científica que aborda a educação ambiental na formação inicial de professores de educação física. Apesar do crescente interesse pelo tema nos últimos anos, resultando em pesquisas e publicações que apresentam uma interessante diversidade de abordagens e propostas, essas aparecem espalhadas em diferentes textos, especialmente artigos em periódicos da área e eventuais trabalhos de conclusão de curso, como monografias, dissertações e teses. Apesar de similaridades entre as propostas apresentadas nos diferentes textos serem por vezes encontradas, há também uma grande diversidade de propostas, algumas inclusive contraditórias, ficando evidente que falta à área um documento que reúna essas propostas e suas principais características, tornando-se referência na questão.

Esta realidade pode estar pautada na dimensão das relações sociais dessa área e de outras, que cobram, segundo Tozoni-Reis (2001, p. 6),

[...] o exercício de uma função social de síntese, isto é, que seja formado na perspectiva de integrar os conhecimentos e a cultura com formação sócio-ambiental dos sujeitos ecológicos. Trata-se então de colocar, como eixo do processo de formação dos educadores ambientais nos cursos de graduação, a formação de um profissional de síntese.

Uma pesquisa recente realizada com estudantes de enfermagem aponta, conforme Bruzos et al. (2011), que os alunos deste curso conseguem construir representações sociais sobre o conceito de meio ambiente e da relação da enfermagem com o meio ambiente. No entanto, esses conceitos apresentam-se como superficiais e não remetem ao exercício da criticidade. Segundo as autoras,

Diante dos desequilíbrios ambientais, esses futuros profissionais, enfrentarão patologias que terão como fatores desencadeantes os problemas ambientais. Então, precisarão de ferramentas e habilidades trabalhadas durante a graduação, com embasamento teórico e reflexivo, para levantar e estabelecer possíveis causas ambientais, propondo intervenção que sejam eficazes e efetivas”. (BRUZOS et al., 2011, p. 6).

Dessa forma, é possível perceber que a ambientação nos currículos dos cursos de graduação ainda é frágil, pois deixa de apresentar uma educação superior que tenha como finalidade

[...] o estímulo à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, destacando a formação de diplomados aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando para a sua formação contínua. (SENA et al., 2010, p. 4).

Confirma-se, assim, o entendimento de Tozoni-Reis (2001, p. 7):

[...] a formação dos educadores ambientais no ensino superior se dá de forma assistemática, resumindo-se praticamente a três tipos de ações desconectadas: tratamento de temas ambientais nas disciplinas afins, disciplinas optativas de Educação Ambiental e formação educativo-pedagógica – nas diferentes especialidades – oferecida pelas disciplinas da área de Educação nas licenciaturas.

A mesma autora (TOZONI-REIS, 2001, p. 7) alerta que “estamos vivendo, na ciência e na sociedade, um momento de transição de paradigmas e, justamente no ensino superior, neste espaço social privilegiado de discussão científica essa transição é sentida”, mas, como bem expressa a já referida autora, embora sentida, essa transição não é “problematizada nas atividades de formação humana e profissional”. Esta abordagem da autora nos remete a uma reflexão sobre a relação entre o ensino e a construção de sujeitos coletivos. Sujeitos, esses, capazes de procederem a uma leitura crítica e de identificar formas eficazes de intervenção. Para isto, reforça-se, aqui, a importância dos currículos e do comprometimento das universidades com a formação dos novos sujeitos.

Baldin e Albuquerque (2012, p. 237) quando refletem sobre a importância da formação deste sujeito, coletivo, afirmam: “A apropriação crítica do conhecimento, no sentido da emancipação social e da afirmação, solidária e responsável, de um projeto e de um agir coletivo, constitui-se como eixo central da construção do indivíduo como sujeito político.” Nesse encaminhamento, identifica-se a certeza da necessidade de as universidades reverem suas ações diante da importância da Educação Ambiental e da discussão sobre as questões do meio ambiente. A inclusão da ambientalização nos cursos de graduação contribuirá, e muito, para fortalecer o compromisso da universidade com uma sociedade mais justa, humanitária e responsável.

AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade brasileira tem histórias mais recentes do que a maioria dos países latino-americanos de origem espanhola que tiveram as implantações universitárias a partir do século XVI. Neste mesmo período, em pleno Brasil Colônia, a ideia de implantar universidades era negada com o argumento de que se tratava de um país novo e que essas instituições de ensino eram antiquadas e que o nosso país não tinha cultura para mantê-las (LEITE; MORASTONI, 1992).

Esta ideia se propagou correndo os séculos e, somente na década de 1920, a partir dos ideais positivistas baseados na necessidade da formação de homens cultos, aperfeiçoados e com gosto pela leitura e retórica é que se começou a discutir a importância da universidade em nosso país, com o objetivo de construir uma sociedade emergente e moderna (LEITE; MORASTONI, 1992).

No entanto, a visão de uma estrutura integrada de universidade somente vai surgir em 1961, efetivada, essa ideia, pela criação da Universidade de Brasília. Um importante agente nesta configuração foi Anísio Teixeira que defendeu a criação de uma instituição moderna e pautada na cultura científica, ou seja, efetivando a produção do conhecimento e a profissionalização. Este pensamento acabou fortalecendo-se e foi ampliado em 1968 com a necessidade da extensão dos serviços universitários às comunidades onde essas instituições estavam inseridas (LEITE; MORASTONI, 1992).

Esse processo, histórico, da criação e implantação das universidades brasileiras vem sendo marcado por debates acerca de sua significação, do seu papel e de suas funções, principalmente no que diz respeito à sua relação com a sociedade. Esta preocupação tem ditado o compromisso com o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Em decorrência disto, a questão da ambientalização no ensino superior, em nosso país, iniciou timidamente na década de 1980 com uma experiência vivenciada pela Universidade de Brasília e que culminou na organização do “I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente”.



Segundo Batista (2014, p. 187): “a incorporação da problemática ambiental como dimensão do ensino, da pesquisa e da extensão insere-se ou deveria estar inserida nas demandas apresentadas nos segmentos acadêmicos, como prioridade do projeto institucional”. A referida autora acredita que a EA deve compor o conjunto de ações de responsabilidade social e da política das universidades diante dos problemas contemporâneos. Esse contexto também é analisado por Santos (2008, p. 205), quando este afirma que essa responsabilidade foi “raramente assumida no passado, apesar da presença crescente desses problemas e apesar de a universidade ter acumulado, sobre eles, conhecimentos preciosos”.

Para incorporar essa função histórica, ou seja, o comprometimento com as causas ambientais, a universidade brasileira necessita, segundo Batista (2014, p. 187), de “uma revisão paradigmática acerca dos objetivos e conteúdos da formação de modo que possibilite novas tecnologias de abordagem do conhecimento, orientando mudanças de percepção e de valores”. Somente desta maneira poderá ser possível a construção de saberes que efetivem uma consciência ambiental que leve à ações comprometidas e orientadas pela busca da sustentabilidade socioambiental.

Pode-se afirmar, quanto à implementação das políticas de Educação Ambiental, que “a participação das Universidades ainda é restrita a ações mais efetivas, originárias das políticas governamentais ou dos setores organizados da sociedade” (BATISTA, 2014, p. 187). Isto se deve, segundo a autora já referenciada, ao forte compromisso das instituições universitárias com a lógica da produtividade e de suas práticas desconectadas com a realidade da sociedade.

Batista (2014, p. 188) ainda afirma: “neste contexto, as demandas e os tensionamentos pela institucionalização da temática ambiental na educação superior, e a defesa da perspectiva crítica feita pelos setores progressistas colocam a Universidade diante de uma encruzilhada”. De fato, se trilhar o caminho da EA, a universidade certamente entrará em conflito com os princípios capitalistas que hoje dominam a ideologia que funda essa instituição.

Essa dificuldade de a universidade assumir este comprometimento com a EA reflete-se na ambientalização dos currículos dos cursos de graduação. Para Carletto et al. (2013), “o desafio que se coloca com a chegada da EA no Ensino Superior é tratar as questões socioambientais de forma transversal, multi e transdisciplinar, refletindo em efetivas mudanças da reitoria à sala de aula”. Mais uma vez, portanto, é necessário lembrar, aqui, da importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além, ainda, do envolvimento eficaz da gestão universitária.

Em pesquisas recentes, que procuraram analisar a questão da ambientalização nos cursos de graduação, evidencia-se alguns fatores que precisam ser melhor esclarecidos e também fortalecidos nos debates acerca da EA ao tratar da formação dos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. Entre esses fatores, podemos destacar: a existência de disciplinas isoladas e que não conseguem atrair a atenção dos alunos; visão reducionista das questões ambientais tanto por parte dos professores quanto dos discentes; tendência conservadora das instituições de ensino e atrelada ao poder econômico; a presença desta temática apenas nos cursos que estão diretamente relacionados ao meio ambiente ou àqueles que estão atrelados a legislação; pouco investimento em capacitação dos docentes para trabalharem com efetividade este tema (CARLETTO et al., 2013).

Diante dessas evidências, acredita-se que mesmo com os avanços apontados nas últimas décadas, as universidades brasileiras precisam estar atentas às transformações sociais, econômicas e ambientais e buscar, de maneira efetiva, a incorporação, em seus cursos de graduação, de conteúdos novos, debates e reflexões que consigam contribuir na formação dos acadêmicos e estimulem a vivência da cidadania e da justiça social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo encontrado poucas referências teóricas sobre a temática que motivou a elaboração deste artigo, entendemos que conseguimos apresentar elementos suficientes para o debate da inclusão da questão da “ambientalização” nos currículos das universidades. Representada, essa ambientalização, pela Educação Ambiental, que abriga as questões do meio ambiente. Ainda, este estudo identificou a importância dessa questão para futuros estudos e pesquisas.

A introdução da EA e dos aspectos da ambientalização nos cursos de graduação das universidades brasileiras nos leva a refletir sobre o verdadeiro papel dessas instituições, e a repensar a importância do tripé formado pela relação ensino, pesquisa e extensão. Com isso, busca-se rever e ampliar a dimensão das contribuições proporcionada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para a formação de cidadãos comprometidos com o contexto onde vivem.

Os resultados desta análise teórica e bibliográfica apontam para a necessidade de as universidades refletirem sobre suas posturas e compromissos com a Educação Ambiental e com o meio ambiente, ao mesmo tempo em que foi-nos possível observar que são pontuais algumas experiências de compromisso com a formação de sujeitos coletivos capazes de concretizar a leitura da realidade. Ainda, pode-se entender que sejam sujeitos capazes de reproduzirem essa preocupação para o futuro exercício de suas profissões e denotando, assim, sucesso das ações. Nesse sentido, é importante destacar, aqui, que a Educação Ambiental e as questões do meio ambiente não devem ser preocupação específica de alguma área ou curso somente, mas devem estar presentes em todos esses espaços, via o projeto de ambientalização curricular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Baldin, Nelma; Albuquerque, Cristina (Org.). *Novos desafios na educação: responsabilidade social, democracia e sustentabilidade*. Brasília: LiberLivro, 2012.
2. Batista, Maria do Socorro Silva. O espaço da temática ambiental na universidade diante do contexto da globalização. *Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação*. Rio Grande/RS Jan/jun, 2014.
3. Bruzos, Gabriela A. de Souza; Kamimura, Helayne Mika; Rocha, Suelen Alves; Jorgetto, Thais Amanda Calori; Patrício, Karina Pavão. Meio ambiente e enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 2, São Paulo, 2011.
4. Carletto, Denise Lemke; Baldin, Nelma; Munhoz, Elzira Maria Bagatin. *Desafios da ambientalização Curricular nas IES: alguns Avanços e processos de investigação*. Joinville: Mimeo. 2013.
5. Dias, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. São Paulo: Gaia, 1992.
6. Gonzáles Munõz, María Carmen. Principales tendencias y modelos de la educación ambiental en el sistema escolar. *Revista Ibero-americana de Educación*, n. 11, p. 13-74, 1996.
7. Guerra, Antonio Fernando Silveira. As tecnologias educacionais na formação em educação ambiental para a sustentabilidade. *Revista diálogo Educação*, v. 10, n. 31, p. 561-579, Curitiba, set./dez. 2010.
8. Guerra, Antonio Fernando Silveira; Figueiredo, Maria Lúcia. *Sustentabilidade em Diálogos*. Itajaí: Univali, 2010.
9. Jacobi, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo. n. 118, p. 189-205, mar. 2003.
10. Kitzmann, Dione Iara Silveira; Asmus, Milton Lafourcade. Ambientalização sistêmica do currículo ao socioambiente. *Currículo sem Fronteiras*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 269-290, 2012.
11. Leite, Denise; Morosini, Marília. Universidade no Brasil: a Idéia e a Prática. *Rev. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, v. 73, n. 174, p. 242-254, maio/ago. 1992.
12. Lima, Gustavo F. da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente e Sociedade*, v. 6, n. 2, Campinas, jul./dez. 2003.
13. Lima, José Edmilson de Souza; Knechtel, Maria do Rosário. A Problemática Ambiental nos cursos de Direito: estudo sobre a Lei de Educação Ambiental (9795/99). *Revista Científica Internacional*, ano 2, n. 10, nov./dez. 2012.
14. Lüdke, Menga; André, Marli E. D. A. Evolução da Pesquisa. In: Lüdke, Menga; André, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: EPU, 2003.
15. Meirelles, Maria de Sousa; Santos, Marly Terezinha. *Educação Ambiental uma Construção Participativa*. 2. ed. São Paulo: 2005.



16. Minayo, M. C.; Sanches, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade. *Caderno de Saúde Pública*, São Paulo, 1994.
17. Minayo, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
18. Nogueira, Vanessa dos Santos; Santos, André Michel dos. Educação Ambiental no Contexto Escolar: refletindo sobre aspectos pedagógicos. *Revista virtual Partes*, 2010. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/educacaoambientalnocontexto.asp>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
19. Pádua, Suzana Machado; Tabanez, Marlene F. (Org.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. São Paulo: Ipê, 1998.
20. Reigota, Marcos Antonio dos Santos. Ciência e sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. *Revista de Avaliação da Educação Superior*, v. 12, n. 2, jun. 2007.
21. Reigota, Marcos. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
22. Rodrigues, Cae. A ambientalização dos currículos de educação física no ensino superior. Motriz: *Revista de Educação Física*, v. 18, n. 3, Rio Claro, 2012.
23. Sampaio, Rosana Ferreira; Mancini, Marisa Cotta. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, n. 1, p. 83-89, São Carlos, jan./fev. 2007.
24. Santos, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
25. Sena, Janaína; Cezar-Vaz, Marta Regina; Bonow, Clarice Alves; Figueiredo, Paula Pereira de; Costa, Valdecir Zavarese da. Uma prática pedagógica através das racionalidades socioambientais: um ensaio teórico da formação do enfermeiro. *Texto e Contexto- Enfermagem*, v. 19, n. 3, Florianópolis, 2010.
26. Tozoni-Reis, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. *Interface*, v. 5, n. 9, Botucatu, 2001.